

## "Esse lugar de mulher negra" estudo exploratório com mulheres negras sobre estratégias de enfrentamento ao racismo e à opressão

### RESUMO

Essa pesquisa investigou estratégias de resistência à opressão racial desenvolvidas por mulheres negras e militantes de movimentos sociais. Trata-se de pesquisa empírica, exploratória e qualitativa. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas e o material produzido foi analisado por meio da análise de Conteúdo, especificamente Análise Temática, na perspectiva da psicologia social. Revelou-se os seguintes núcleos de sentido: Racismo estrutural e institucional; ênfase do corpo; silenciamento e invisibilização; exclusão e estratégias para enfrentamento da opressão racial, quais sejam: participação em coletivos, movimentos sociais e ocupação de espaços públicos; a valorização da ancestralidade e sacralidade; busca de superação da visão estereotipada hipersexualizada do corpo, afirmação da identidade étnica; valorização da formação acadêmica. Busca-se contribuir na afirmação de uma ética que valorize a alteridade, oferecendo maior visibilidade à problemática de gênero e racial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres negras. Racismo. Corpo. Resistência. Psicologia social.

#### Eloisa Borges

E-mail: prof.eloisaborges@gmail.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais- unidade Divinópolis, Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

#### Rosimar Conceição Rodrigues

E-mail: roserodriguesrcr@gmail.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais- unidade Divinópolis, Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

#### Everton Costa dos Santos

E-mail: evertoncostta84@gmail.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais- unidade Divinópolis, Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

#### Lais Aparecida Santos Campos

E-mail: laiscampos77@gmail.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais- unidade Divinópolis, Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

## INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui uma versão modificada do trabalho de conclusão do curso de psicologia na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. Objetiva analisar as estratégias de resistência que mulheres negras militantes apresentam na defesa dos seus direitos na sociedade. No Brasil os movimentos de mulheres conquistaram notoriedade através de suas ações na defesa das temáticas de seu interesse, sendo reconhecidos tanto no plano internacional quanto entre os movimentos sociais do país (CARNEIRO, 2003). Nesse sentido a participação em movimentos sociais viabiliza que coletivos denunciem as desigualdades raciais, de gênero e classes e reivindiquem interesses em comum. A partir dos anos 2000 alguns direitos foram conquistados dentre eles a aprovação da Lei 10.639/2003 que estabelece as diretrizes que obrigam o ensino de história da cultura africana e afro-brasileira nas escolas; o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela lei 12.888/2010 representou um avanço na garantia de igualdade de oportunidades à população negra, coibindo a discriminação e desigualdade étnico-racial; de gênero e raça bem como garante ações afirmativas (BRASIL, 2010).

Contudo, a despeito das garantias legais as estatísticas evidenciam que as populações negras são mais afetadas pela violência. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) a cada 100 pessoas vítimas de homicídio 71 são afrodescendentes, já as mulheres negras representam 60% das vítimas de feminicídio. Tais estatísticas ainda revelam que são 3,1 mortes de mulheres não negras a cada cem mil habitantes, contra 5,2 mortes de mulheres negras no Brasil (IPEA; FBSP, 2017).

Neste contexto, as mulheres negras apresentam uma história estruturada a partir do patriarcado e do preconceito racial. Logo, explorar tal temática possibilita identificar suas estratégias de resistência diante da opressão racial, oferecer visibilidade às suas lutas e estimular uma ética de valorização da diversidade. Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, a violência racial é “[...] uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro”, configurando-se como uma grave violência estrutural e institucional presente na sociedade brasileira (CFP, 2017, p. 7).

## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa empírica, de caráter exploratório e qualitativo. Esta abordagem foi considerada mais adequada, posto que valoriza a subjetividade, as vivências e crenças das participantes (MINAYO, 1993). A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2018 e para tal foram convidadas cinco mulheres que se autodeclararam negras e militantes de movimentos sociais. A definição da amostragem, de caráter intencional, se deu por meio de contatos com grupos, movimentos sociais e acadêmicos. As mulheres têm idade entre trinta a cinquenta e três anos, possuem ensino superior completo na área das ciências humanas, residem na região Centro-Oeste de Minas Gerais e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas.

Através de entrevistas semiestruturadas foram investigadas temáticas relativas às vivências de opressão racial e de gênero, a construção da identidade e subjetividade dessas mulheres. O referencial teórico para análise de dados foi a Psicologia Social que permitiu acessar as representações sociais das mulheres negras acerca das opressões vivenciadas. Há um consenso entre pesquisadores que as representações sociais "são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JOELET, 2002, apud ARRUDA, 2002, p. 138).

O material produzido foi analisado através da Análise de Conteúdo, especificamente a Análise Temática, que consiste em "descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado" (MINAYO, 1993, p. 209). Foi possível identificar os seguintes núcleos de sentido: o Racismo Estrutural e Institucional; a ênfase no Corpo; Silenciamento e Invisibilização em detrimento do ativismo; História de exclusão e violência e Estratégias de resistência.

### **RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL**

Após a vinda dos portugueses no século XVI milhões de negros (as) foram obrigados (as) a saírem dos seus locais de origem para serem explorados (as) como mão de obra escrava (CFP, 2017, p. 22). Portanto, a colonização engendra o racismo estrutural e institucional no Brasil e organiza hierarquicamente as relações entre a população branca e os demais grupos. Segundo Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 25), desse processo resultou uma "apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais". Em relação à organização da sociedade brasileira o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (CFP, 2017, p. 48-49) assinala:

[...] uma maior exposição à violência e à injustiça social, com imposição da hegemonia branca, tendo de conviver com a intolerância e desrespeito (inclusive em relação às religiões de matriz africana) e com o não reconhecimento de sua contribuição significativa para a construção da ciência e do progresso do país, ou seja, com a negação e desvalorização da negritude na formação da identidade brasileira.

Silvio Luiz de Almeida (2018) discute o racismo estrutural como engendrado ao longo do processo histórico, observável na forma como as pessoas constituem suas relações políticas, sociais, econômicas, jurídicas e até familiares. Resulta desse sistema que a população negra ainda é comumente submetida a diversas formas de discriminação. Portanto, o racismo estrutural é uma regra e não uma exceção, sendo visto, não raro, como naturalizado (ALMEIDA, 2016). O relato de Luísa diz de sua vivência na juventude: "a gente vivia [o racismo], mas eu acho que estava em outra realidade que a gente ainda não conseguia captar".

Já o conceito de racismo institucional foi cunhado e divulgado a partir de 1967 pelos integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, e possui como definição o "[...] nível político-programático das

instituições, as ações amplas, voltadas à coletividade, cujo impacto no sujeito é posterior à ação maior, como consequência desta” (CFP, 2017, p. 48). Novamente Luísa explicita bem esta problemática: "Na minha cidade existe uma hierarquia visível dos lugares que são para brancos e negros, tipo tinha um clube que em sua maioria era frequentado por pessoas brancas e classe mais rica". Para Fabrícia, professora de história, fica evidente a discriminação racial: “estou desempregada, voltei para o meu lugar de origem que é a cozinha, fazer o que sempre fiz na cozinha dos patrões brancos que foi comida."

Luísa faz uma crítica aos professores que não trabalham história da África nas escolas, sobre a lei 10.639 ela aponta as objeções dos colegas: “a primeira coisa que eles apontaram como dificuldade para trabalhar isso em sala de aula foi a falta de material e a falta de formação. Mesmo com tanto material didático produzido não trabalham”. Vê-se que a ausência das discussões nas escolas não decorre propriamente da inexistência de material didático, mas sim do racismo estrutural e institucional que engendra resistências e visões estereotipadas sobre o corpo negro.

### O CORPO NEGRO: ESTÉTICA E HIPERSEXUALIZAÇÃO

Segundo Maria Rita Kehl (2003, p. 243) “nosso corpo nos pertence muito menos do que costumamos imaginar. Ele pertence ao universo simbólico que habitamos, pertence ao Outro; o corpo é formatado pela linguagem”. Neste sentido a psicanalista nos mostra que a linguagem do meio social categoriza os corpos para a organização dos mesmos, colocando-os em padrões que nos remete a qual lugar social aquele corpo pertence. Logo, de acordo com tal julgamento as pessoas atribuem valores aos indivíduos: pretos e brancos, gordos e magros, pobres e ricos, etc. Isildinha Baptista Nogueira (1999, p. 41) também assinala o caráter social que envolve os corpos:

A análise da representação social do corpo possibilita entender a estrutura de uma sociedade. A sociedade privilegia um dado número de características e atributos que deve ter o homem [...]. O corpo humano, para além de seu caráter biológico, é afetado pela religião, grupo familiar, classe, cultura e outras intervenções sociais.

Ocorre que a supervalorização de um ideal estético branco impõe, não raro, a desqualificação e estigmatização do padrão estético negro. A aparência física do negro parece sobrepor-se a qualquer outro aspecto seja intelectual ou mesmo moral, então “o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade” (NOGUEIRA, 1999, p. 43). Erving Goffman (1988) esclarece que o que está à mostra diretamente no corpo não é possível de esconder, não há meios de escamotear o corpo negro para fugir de possível estigmatização. Neste contexto, o indivíduo pode fazer um esforço para consertar em si o que é considerado indesejável pela sociedade, tal como é possível verificar no relato da entrevistada: "alisava o cabelo porque não gostava, porque a sociedade estava o tempo todo dizendo que seu cabelo era feio, que não dá pra você aparecer em público, ninguém vai te contratar por conta desse cabelo" (Luísa). Nesse sentido é possível perceber que os cabelos são objeto de grande preocupação e investimento por parte das mulheres negras. A experiência relatada por Paola evidencia o esforço de adequação social se esquivando do estereótipo de “cabelo ruim”: “processos de alisamento muito

agressivos, pente quente, usava-se aqueles bobes”. Fabrícia se questiona em relação aos significados de tais procedimentos: “essas meninas negras que passam chapinha no cabelo, eu penso como que eu já fiz um trem desse? Onde é que estava minha identidade? Por que eu tinha vergonha de ser negra? Eu tive que me empoderar”. No entanto, segundo Neuza Santos Souza (1983), inglório é o empenho de “consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível – desejo do Outro – de vir a ser branco” (SOUZA, 1983, p. 77). Iray Carone (2002, p. 15) discute o que ocorreu no período após a abolição da escravidão:

Do ponto de vista político, supunham que as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior. Sem dúvida alguma, os positivistas foram os principais articuladores de argumentos pró-branqueamento da população negra após a Abolição, com uma postura otimista diante da mestiçagem entre negros e brancos, índios e brancos, etc.

Segundo a autora os padrões brancos impostos foram inventados objetivando constranger os negros a negarem sua própria identidade, trata-se da ideologia do branqueamento forjada em meados do século XIX e persistente até o começo do século XX. Devido ao medo que as elites possuíam da dominação da população não branca após a abolição justamente pelo seu maior número, o que se pretendia era um processo de imigração onde acreditavam que num futuro próximo com a miscigenação racial haveria uma “purificação étnica” no país. Segundo Bento na sociedade brasileira há “um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (BENTO 2002, p. 26).

Outro aspecto flagrante no discurso das entrevistadas são as vivências do corpo negro objetificado e hipersexualizado. Historicamente as mulheres negras representam um imaginário mais sexualizado na ótica dos brancos que as tratam como um objeto disponível, inclusive desrespeitado por aqueles que acreditam ter um poder sobre elas. Conforme assinala Nogueira (1999, p. 44), “Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinha seus senhores”. Neste sentido a entrevista de Fabrícia é esclarecedora:

*Eu tô cansada, de novo eu repito: Não põe a mão no peito, não levanta a minha saia, não puxa o meu cabelo, eu não quero fazer sexo apanhando na bunda, eu quero respeito, porque se um macho subir em mim para a gente fazer um sexo legal e ele me dar um tapa na bunda eu dou nele uma porrada. Na boa, não aceito, antes eu achava bacana, agora é agressivo, não!*

Paola denuncia como os corpos das mulheres negras são percebidos como afeitos ao trabalho doméstico ou como corpos eróticos e sensuais, tais como o estereótipo da personagem carnavalesca globeleza, sendo comumente percebidos como objetos sexuais.

*O desrespeito à mulher negra vem se repetindo, a gente ainda está naquele lugar da preta que serve ou só pra limpar sua casa ou só cama do coronel ou do reitor, do feitor sei lá quem for, entendeu? Então, assim o corpo da mulher negra se a gente mesmo não começar a direcionar: "olha quero que você fala comigo deste ponto", vai ser sempre um problema, vai ser sempre uma questão de*

*sexualização, de coisificação, do colega te chamar de globeleza e acha que está te elogiando.*

As mulheres negras entrevistadas cientes de seu status social evitam determinados comportamentos, redobrando cuidados. "Então é esse processo, a roupa que eu visto" (Paola). Trata-se de apresentar-se com uma postura mais sóbria, esquivando-se assim de assédios e constrangimentos. Contudo, conforme assinalado acima, isso não é suficiente para evitar insinuações em relação ao corpo e aparência que são comumente hipersexualizados e objetificados.

## **SILENCIAMENTO E INVISIBILIDADE X ATIVISMO**

No que concerne ao silenciamento das mulheres negras, percebemos que este é produto do processo histórico. Nesse sentido Fabrícia reivindica o direito de ser ouvida, ela conta que:

*Essa semana, um monte de branco bonito gritando na faculdade, cantando Geraldo Vandré – Pra não dizer que falei das flores, foi uma deixa pra eu gritar. "mas a sociedade nunca me ouviu. Até quando isso vai acontecer?" E não sou somente eu a Fabrícia negrinha, são as putas, os viados, as lésbicas, são os sapatões. Somos nós! Estamos lá no cantinho, a sociedade precisa de nós, mas a elite não admite e deixa a gente quietinho lá.*

Bento (2002) discute que a discriminação racial decorre ou de preconceito ou de interesse, e que há sim esse interesse da população branca em silenciar o negro, proveniente do medo de perder os privilégios assegurados por séculos. Bento (2002) defende que historicamente o racismo sempre foi visto e estudado pela perspectiva do negro, "[...] é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil" (BENTO, 2002, p. 26). Em função desse medo é possível constatar uma elite que busca de todas as formas inviabilizar a emancipação desses indivíduos, não só de negros mas de qualquer outra classe minoritária que de alguma forma possa ameaçar tais privilégios. Livia reflete sobre o papel das instituições para a construção da subjetividade do sujeito, dizendo "pra colocar cada um dentro da sua caixinha, dentro do seu lugar, a igreja, a escola, o próprio Estado, fazem esse papel de docilização dos corpos pra que a gente continue quietinho". O silenciamento, a discriminação por preconceito e interesse ficam explícitos na reflexão de Livia ao falar sobre sua atuação como mulher negra nos movimentos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersex - LGBTIs:

*a maioria dos movimentos são presididos por homens gays, brancos, classe média e alta. Então não adianta muito o "L" na frente quando na verdade o movimento ainda é puxado pelo "G". Quando você é mulher, negra, lésbica e dentro do movimento LGBT, você é silenciada duas vezes mais.*

Logo, vê-se a opressão de classe, gênero e racial. Livia ainda diz sobre os paradoxos entre silenciamento, invisibilidade e protagonismo em um grupo de mulheres negras do qual participava:

*Teve uma fala de uma menina branca que quando eu falei que o feminismo negro começou a crescer em 1980, ela brigou comigo dizendo que não, que nós estávamos todas juntas. Não é que não*

*estavam todas lá, mas não quer dizer que todas tinham voz. Ela insistiu e eu resolvi não debater mais, porque ela não aceitava. Tanto confirmou o que eu disse, que a mulher negra não tinha voz e continua não tendo. Que a última fala teve que ser a dela.*

A história evidencia que os movimentos de mulheres estiveram prisioneiros de uma visão eurocêntrica e universalizante dentro dos próprios movimentos feministas, tendo como “consequência a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades do universo feminino, a despeito da identidade biológica” e sucessivamente “vozes silenciadas e corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo que as mantiveram na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118). No mesmo sentido Patricia Hill Collins (2015, p. 13) afirma:

[...] nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. Assim, comumente feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz.

A autora se refere à dificuldade que temos em enxergar o que afeta o outro: “Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes” (COLLINS, 2015, p. 14).

### **EXCLUSÃO E VIOLÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE DESAMPARO**

Como já discutido anteriormente a violência estrutural e institucional reproduzida no cotidiano mostra-se como uma lente para compreender os dispositivos de poder que a sociedade assume para estruturar e determinar as relações sociais. Os posicionamentos do Estado juntamente com anuência da Igreja Católica e dos intelectuais legitimaram os processos de hierarquização social e de escravização dos negros, sendo esse o desencadeador das desigualdades sociais que ainda persistem na sociedade brasileira.

Estruturalmente o racismo é considerado uma das formas de engendramento da violência e exclusão de amplo contingente da população negra. Para Bader Sawaia (2002, p. 9) a exclusão, em síntese, é processo “complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”. Segundo Mariangela Belfiore Wanderley (2002, p. 17-18) “Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos”. A vivência diante do desamparo, após a perda dos pais, é explicitada por Fabrícia:

*Foi me tirado o direito de ir pra escola, de ter sido adotada por alguma família, essa possibilidade poderia ter acontecido! E aos 14 anos por precisar sobreviver, comer e vestir fui trabalhar como doméstica. Mas onde está o Estado nessa hora minha gente? Que não me protegeu como mulher e negra? Nunca tive respaldo do Estado e sinto que hoje ainda não tenho.*

Ela queixa-se da ausência de amparo do Estado, sendo este estrutural e institucionalmente considerado um dos principais responsáveis pelas violações

de direitos dos grupos raciais subalternizados. Segundo o CREPOP (CFP, 2017), as falhas do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais engendram as mais diversas violações, inclusive na história de vida de Fabrícia: “Mudei de cidade com uns 14 anos a fim de fugir um pouco. Eu sofri uma agressão sexual, sofri com o marido da minha irmã e depois sofri com o marido de outra”. É patente que a estrutura de dominação de raça, classe e gênero ainda é reproduzida cotidianamente nas relações conforme aponta o CREPOP,

Uma mulher negra com condições socioeconômicas satisfatórias terá, possivelmente, vantagens em relação a uma mulher negra e pobre, mas desvantagens em comparação a mulheres brancas, especialmente se ricas. Igualmente, há arranjos fruto do entrecruzamento dessas modalidades de dominação [...] elas as que mais são vítimas de violências físicas cometidas por homens, notadamente em relações de parentesco. Trata-se, portanto, de intersecções entre racismo, sexismo e classismo (CFP, 2017, p. 53).

Relatório da Oxfam Brasil, analisando dados do IBGE, em 2017, demonstra que as mulheres ganhavam em média cerca de 70% do que ganhavam os homens no Brasil, a renda média de mulheres era de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens era de R\$ 2.578,15. A disparidade de renda entre grupos raciais também aumentou, sendo que os rendimentos médios de negros foram de R\$ 1.545,30 frente a R\$ 2.924,31 entre os brancos, percentual de 53%. Entre o extrato da população mais pobre os brancos ganhavam R\$ 965,19 e os negros R\$ 658,14. Segundo Rafael Georges, autor do estudo e coordenador de campanhas da Oxfam Brasil, "quem está na base da pirâmide social no Brasil é a população negra e, em particular, a mulher negra. A mulher negra é a pessoa que tem a menor renda média no país". Logo, as mulheres negras são afetadas diferentemente nas relações trabalhistas, assim como de gênero e de raça. Nesse sentido a fala de Livia encontra respaldo nas estatísticas:

*O índice de violência, de estupro, de morte das mulheres negras teve aumento considerável nos últimos dez anos, enquanto as das mulheres brancas se encontra em plena decadência, outro dado que deixa bem claro também essa herança escravocrata que a gente ainda vive nela.*

Estes fenômenos remetem ao conceito de interseccionalidade, que embora objeto de algumas críticas de feministas como OchyCuriel (2007, 2009) e Maria Lugones (2005), ainda revela valor operativo. Foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado, mas já utilizado por algumas feministas negras anteriormente. Refere-se à proposição de que a compreensão da condição de opressão das mulheres deve considerar outros fatores relacionados às suas identidades sociais como classe, casta, raça, cor, sendo essas categorias diferenças cruciais nas formas pelas quais as mulheres vivenciam a discriminação. Ao examinar os resultados das eleições legislativas, Livia mostra-se apreensiva e teme pelas vidas das mulheres eleitas:

*A Marielle virou semente, né?! Sementes regadas a sangue. Pra mim, particularmente, não sei se vejo isso [a eleição de mulheres negras ao legislativo federal e estaduais] como um grande avanço, porque eu fico pensando até que ponto essas mulheres estão colocando as suas vidas em risco também, em nome do bem maior, quando a estrutura não é mexida. E como mexer na estrutura é a coisa mais difícil dentro desse país... e eu fico pensando, à custa do*

*sangue de quem, quanto mais sangue terá que ser derramado, a gente já tem a juventude negra que mais morre nesse país.*

A violência do racismo e do machismo opera para que as mulheres se desmobilizem e deixem de lutar por representatividade e conquista de direitos. Lívia insinua certo esgotamento, “*são anos de luta, eu estou realmente um pouco cansada*”. No decorrer das entrevistas o desânimo e as ansiedades em relação ao atual momento político brasileiro mostraram-se evidentes, assim como insinua seu temor em relação aos possíveis retrocessos nas políticas públicas.

## ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

As mulheres colaboradoras da pesquisa afirmaram a participação em coletivos e movimentos sociais como uma estratégia privilegiada de luta por direitos, visibilidade e cidadania. Talita revela que sua trajetória nos movimentos sociais começou na adolescência:

*Desde a minha adolescência, desde os meados da década de 90, eu já militava junto a movimentos sociais. Já me identificava com movimentos de uma orientação ideológica mais à esquerda.*

Sobre a experiência em movimentos sociais Fabrícia relata:

*a primeira vez que entrei nos movimentos sociais eu era ainda bem jovem, participava contra a ditadura, passeatas, Diretas Já, algumas vezes levávamos umas ‘porradas’ da polícia, estava sempre na linha de frente.*

Os movimentos sociais de mulheres como estratégia de resistência se iniciam com grupos feministas por volta década de 1960 compostos por mulheres tanto negras quanto brancas, porém o movimento de mulheres negras se subdivide estrategicamente quando se percebe uma política que não contemplava todo o movimento, ou seja, as mulheres negras estavam invisibilizadas, conforme assinalado anteriormente. Nesse sentido os grupos e movimentos negros são os principais pontos de apoio como estratégia de resistência contra o preconceito e a desigualdade racial.

*E o fato de ser mulher, negra e estar nesses movimentos trouxe experiência de vida que nem sempre ‘esse lugar de fala’ é garantido, temos sempre que lutar por esse lugar.*

Conforme assinalado por Fabrícia é fundamental ter clareza de que lugar se fala e a luta é cotidiana.

As entrevistadas demonstram uma preocupação coletiva em sua militância, apontando um sentimento de responsabilidade para com outras mulheres que não tiveram oportunidades de desenvolvimento da consciência de sua opressão, tal como afirma Fabrícia:

*é importante que a gente não fale e pense só no próprio umbigo, mas que a gente pense nas Marias, nas Valdetes, em outras mulheres. Quantas mulheres não passaram pela mesma trajetória que eu?*

Fica claro que o enfrentamento da situação de violência passa por um processo de empoderamento coletivo, em que estas mulheres reconhecem forças para

enfrentar a situação de discriminação que vivem cotidianamente. A ocupação de espaços coletivos e a busca de representatividade, a despeito da evidente resistência de setores conservadores, compõem o cotidiano de militância e enfrentamento da desigualdade. Neste contexto a aceitação de convites para realização de atividades culturais decorre do entendimento de que se trata de espaços de afirmação, portanto de superação do racismo institucional. A fala de Paola evidencia os anseios e inibições desse processo:

*Quando recebo convites para participar de movimentos eu penso assim: "Meu Deus! Como que eu vou fazer isso?" Porque eu ainda tô nesse processo de construção. Então sempre que me chama pra uma fala eu sempre vou. "Mas o que eu tenho que falar aqui?" Porque eu ainda não estou entendendo esse lugar de mulher negra.*

Outro aspecto que fortalece as entrevistadas e que esteve presente em seus discursos é a valorização da ancestralidade, como revelado no depoimento de Luísa:

*Eu vou me impor do jeito que eu sou e isso a todo tempo vai transparecer que por trás de mim tem uma ancestralidade. Tem muitas vozes falando para além da minha.*

Paola também enfatiza a importância da sacralidade do corpo:

*o povo negro tem necessidade de rezar com o corpo. Começa por aí, o nosso corpo é lugar sagrado, o corpo negro é o corpo onde ele recebe orixás [...] é o corpo para as festas negras, como o reinado, onde vem o fardamento, vem o rosário, é algo muito sagrado.*

O reconhecimento e valorização da ancestralidade e da sacralidade revestem de significado a luta por melhores oportunidades e maior igualdade social, tal como apontado por Luísa:

*tenho uma força que existe dentro de mim que eu acredito que vem dos meus ancestrais, que eu acho que se a gente aturou mais de 300 anos de escravidão, vivendo tudo que a gente viveu, agora que o diálogo é mais aberto, que a gente tem condição de se impor de ir e vir, a gente vai baixar a guarda? Acho que agora não é esse momento, agora é sim momento pertinente pra gente resistir e continuar resistindo.*

Outra forma de resistência à discriminação e opressão racial ficou evidente na busca de superação da visão estereotipada hipersexualizada do corpo negro feminino, assim Lívia afirma:

*eu falo que a minha resistência ela está no meu corpo, está no meu andar, ela está comigo ao atravessar aquela rua.*

Paola menciona seu próprio movimento no processo de desconstrução ideológica de perceber-se para além de um corpo bonito:

*Mas foi depois da faculdade que comecei a me amar, nessa época, e conversando comigo esses caras começaram a perceber outras coisas para além do corpo, dessa coisa sexualizada, e eu percebi que além de um corpo bacana eu poderia atrair a atenção das pessoas não só por isso, mas por ter algo interessante a oferecer, de vivência e experiência.*

Também fica evidenciada a importância de superação de uma estética branca e a afirmação de uma estética negra. Neste contexto assumir os cabelos crespos é afirmar uma identidade étnica, conforme Luísa e Talita assinalam:

*A gente deve usar o cabelo do jeito que a gente quiser, então, ou seja, eu gosto do meu cabelo como ele é. Então se eu tiver que estar em lugar onde a maioria é branca e se eu tiver que utilizar uma estratégia de imposição da minha cultura da minha identidade, a primeira coisa que eu vou fazer é deixar meu cabelo bem alto pra as pessoas identificarem: olha, tem uma preta aqui.*

*A própria questão estética. Eu costumo muito, praticamente 90% do tempo estar, com o cabelo trançado, não deixo de usar as coisas que eu gosto, então é acessório, é coisa no cabelo, é dreadlock, é trança, é piercing, é brinco grande. Minha forma de me vestir, de me apresentar, com as quais eu me identifico com as quais me sinto bem e confortável.*

Outra estratégia de superação da desigualdade social e da opressão mencionada por Livia é a importância de investir no conhecimento, “válido quando podemos usar para transformar a vida de outras pessoas”, e na formação pessoal qualificando assim o debate em relação aos seus interlocutores. Nesse sentido, o conhecimento parece ser condição necessária no enfrentamento da posição de desvantagem, na explicitação dos privilégios brancos e na desnaturalização da realidade social:

*Eu penso que conhecimento é a melhor forma de debate, a melhor de se impor, a melhor forma de dar resposta. Então é por isso que eu estou me aprofundando mais. Porque quando a gente tem resposta na ponta da língua ninguém te coloca no chão, ninguém te bota pra lugar nenhum, porque conhecimento é uma coisa que ninguém tira. Então, o caminho eu penso que é esse.*

Portanto, a referida pesquisa evidencia que as mulheres entrevistadas conseguem articular recursos subjetivos e coletivos para construir estratégias de enfrentamento a situações de opressão e violência cotidianas. Para além das estratégias de resistência mencionadas acima é fundamental dizer não a quaisquer ações invasivas e desrespeitosas, a fala de Fabrícia é contundente:

*Ô meu Deus, a gente tem que gritar o tempo inteiro, a gente tem que falar “não” o tempo inteiro, “não pega no meu peito, não levanta minha saia, não me bate, me dá espaço de fala, eu não vou calar a boca. Eu tenho o direito de gozar. Entendeu? É isso o tempo inteiro! A vida inteira! 53 anos disso!*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a psicologia brasileira foi cúmplice do racismo, inclusive oferecendo uma aura científica para legitimar preconceitos e estereótipos. No entanto, muitos avanços podem ser constatados nos últimos anos tanto na produção teórica quanto nas diretrizes oferecidas pelo sistema conselhos. O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais têm realizado uma defesa intransigente dos Direitos Humanos, da democracia, da diversidade, dando voz às populações negra, indígena, quilombola e cigana. Logo, a psicologia construída por brancos e para brancos e que endossava práticas discriminatórias

parece ter ficado no passado. A resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº. 18/2002 repudia qualquer forma de discriminação étnico-racial e estabelece em seus dois primeiros artigos: “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”; “Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia” (CFP, 2002).

Esse lugar de mulher negra, conforme nos apontou as mulheres entrevistadas, exige estratégias cotidianas de resistência e enfrentamento, assim como de cuidados posto que “o racismo produz um sofrimento específico, histórico e coletivo que, no Brasil, é vivido principalmente por negros e indígenas.” (CFP, 2017, p. 20).

## "This place of black woman" exploratory study with black women on strategies to face racism and oppression

### ABSTRACT

This research investigated strategies of resistance to oppression and the material produced was analyzed through Content analysis, specifically Thematic Analysis, from the perspective of social psychology. It was revealed that there were five semi-structured interviews and the material produced was analyzed. The following nuclei of meaning: structural and institutional racism, body emphasis, silencing and invisibilization, exclusion and strategies for coping with racial oppression, such as: participation in collectives, social movements and occupation of public spaces, valorization of ancestry and sacredness overcoming hypersexualized stereotyped vision of the body, affirmation of ethnic identity; valuation of academic training. It seeks to contribute to the affirmation of an ethic that values otherness, offering greater visibility to the gender and racial issues.

**KEYWORDS:** Black women. Racism. Body. Resistance. Social psychology.

## "Este lugar de mujer negra" estudio exploratorio con mujeres negras sobre estrategias de enfrentamiento al racismo y opresión

### RESUMEN

Esta investigación investigó estrategias de resistencia a la opresión en el caso de las mujeres negras y militantes de movimientos sociales, se trata de una investigación empírica, exploratoria y cualitativa. Se realizaron cinco entrevistas semiestructuradas y el material producido fue analizado a través de un análisis de Contenido, específicamente Análisis Temático, en la perspectiva de la psicología social. Se revelaron los siguientes núcleos de sentido: Racismo estructural y institucional; énfasis del cuerpo; silenciamiento e invisibilización; exclusión y estrategias para enfrentar la opresión racial, que son: participación en colectivos, movimientos sociales y ocupación de espacios públicos; la valorización de la ancestralidad e sacralidad, se busca superación de la visión estereotipada hipersexualizada del cuerpo, afirmación de la identidad étnica; valorización de la formación académica. Se busca contribuir en la afirmación de una ética que valore la alteridad, ofreciendo mayor visibilidad a la problemática de género y racial.

**PALABRAS CLAVE:** Mujeres negras. Racismo. Cuerpo. Resistencia. Psicología social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O Que É Racismo?** (10m29s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIgrU>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- AGÊNCIA BRASIL. 2018. **Direitos da mulher.** Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/27/diferenca-salarial-entre-mulheres-e-homens-aumenta-apos-23-anos.htm?testePerf=C>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, 2002, n. 117, p. 127, 147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BRASIL, Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 20 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro e 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 12 dez. 2012. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- CARONE, Iray. Breve Histórico De Uma Pesquisa Psicossocial Sobre A Questão Racial Brasileira In CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas (os).** Brasília: CFP, 2017.
- Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP Nº 18/2002 19 de dezembro de 2002.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Atos Oficiais, 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-18-2002-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-preconceito-e-discriminacao-racial?q=18/2002>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Em Direção a uma Nova Visão: Raça Classe e Gênero como Categorias de Análise e Conexão. In: MORENO, R (Org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4) São Paulo: SOF, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso 17 jan. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

KEHL, Maria Rita. As Máquinas Falantes. In: NOVAES, A. (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 243-259.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec, 1993.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O corpo da mulher negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano XIII, nº 135, pp. 40-45, 1999. Disponível em: <<http://www.negromidiaeducacao.xpg.com.br/artigos/O%20corpo%20da%20mulher%20negra%20-%20Isildinha%20Nogueira.pdf>> Acesso em 11/01/2019

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão In SAWAIA, B. (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In SAWAIA, B.(Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro**. Ed. 2ª. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

**Recebido:** 28 jan. 2019.

**Aprovado:** 29 jul. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v13n41.9444.

**Como citar:** BORGES, Eloisa; RODRIGUES, Rosimar Conceição; SANTOS, Everton Costa dos; CAMPOS, Laís Aparecida Santos. "Esse lugar de mulher negra" estudo exploratório com mulheres negras sobre estratégias de enfrentamento ao racismo e à opressão. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.13, n.41, p. 74-89, jan./jun. 2019.

**Correspondência:**

Eloisa Borges

Avenida Paraná, número 3001, Bairro Jardim Belvedere I, Cidade Divinópolis, Estado Minas Gerais, Brasil

**Direito autorial:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

